



Ilmo (a). Sr (a). Pregoeiro (a) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

Ref.: Pregão Eletrônico nº 90028/2025

ATOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSTRUÇÃO E COMERCIO LTDA, devidamente qualificada nos autos do Pregão Eletrônico nº 90028/2025, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, por seu advogado, com fundamento no item 13.2 do edital de licitação e art. 165 da Lei nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, em face da habilitação da empresa **CORESE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA**, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

1. Ressalva prévia

Inicialmente, a Recorrente reafirma o respeito que dedica a todos os profissionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.

A presente manifestação tem vinculação à interpretação objetiva dos termos do Edital e da legislação aplicável. Destina-se à preservação do direito da Recorrente e da legalidade do certame.

Por essa razão, pede licença para impugnar a r. decisão recorrida com base nos fundamentos a seguir.

2. Qualificação Econômico - Financeira – Capital Circulante Líquido (CCL)

2.1. O Capital Circulante Líquido (CCL) como Indicador Contábil-Financeiro Essencial em Licitações

O Capital Circulante Líquido (CCL), também conhecido como Capital de Giro, *é um indicador contábil-financeiro* fundamental, derivado do balanço patrimonial de uma empresa. Ele representa a diferença entre o Ativo Circulante (bens e direitos de curto prazo, como caixa, bancos, contas a receber e estoques) e o Passivo Circulante (obrigações de curto prazo, como fornecedores, salários e impostos a pagar).



A finalidade primordial do CCL é demonstrar a capacidade de liquidez de uma organização no curto prazo, ou seja, sua habilidade de honrar suas obrigações imediatas utilizando seus recursos mais líquidos.

2.2. Referência Legal e Editalícia do Requisito

O Termo de Referência do certame estabelece de forma clara e objetiva os critérios para a comprovação do Capital Circulante Líquido (CCL), conforme os dispositivos abaixo transcritos:

- **Item 9.30 do Termo de Referência:**

"O balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, deverão comprovar índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um)."

- **Item 9.30.1 do Termo de Referência:**

"O Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) deverá ser de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social."

- **Item 9.32 do Termo de Referência:**

"Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação."(Grifo nosso)

Esses dispositivos deixam claro que o CCL mínimo exigido deve ser comprovado em **cada um dos dois últimos exercícios sociais**, sendo a inabilitação obrigatória em caso de descumprimento.

2.3. Descrição Detalhada do Requisito e Cálculo do Valor Mínimo Exigido

O requisito de Capital Circulante Líquido (CCL) visa garantir a capacidade econômico-financeira da licitante para a execução do contrato. De acordo com o **Item 9.30.1 do Termo de Referência**, o CCL mínimo exigido é de **16,66% do valor estimado da contratação**.

- **Valor estimado da contratação:** R\$ 7.693.590,60 (*Edital, p. 1; Termo de Referência, p. 44, Item 10.1*).

- **Cálculo do CCL mínimo exigido:**

✓ 16,66% de R\$ 7.693.590,60 = **R\$ 1.281.752,19**.

Portanto, o CCL mínimo absoluto exigido para habilitação é de **R\$ 1.281.752,19**, e este valor deve ser comprovado para **cada um dos dois últimos exercícios sociais** (2023 e 2024, considerando a data da proposta em 18/06/2025).

Adicionalmente, mesmo que se considerasse uma interpretação pela média dos dois últimos exercícios financeiros, o CCL médio da Corese seria de:



- **CCL médio:** $(R\$ 985.083,48 \text{ de } 2023 + R\$ 1.296.096,75 \text{ de } 2024) \div 2 = R\$ 1.140.590,12.$

Esse valor médio também seria inferior ao mínimo exigido de **R\$ 1.281.752,19**, reforçando a insuficiência da qualificação econômico-financeira da empresa Corese.

2.4. Análise da Não Conformidade da Empresa Corese

A análise dos documentos de habilitação da empresa Corese, em especial o "SICAF Relatório Calculadora Financeira", revela os seguintes valores de Capital Circulante Líquido (CCL) apurados para os dois últimos exercícios sociais:

- **CCL apurado para o exercício de 2023: R\$ 985.083,48.**
- **CCL apurado para o exercício de 2024: R\$ 1.296.096,75.**

Comparando esses valores com o mínimo exigido de **R\$ 1.281.752,19**, verifica-se que:

- O CCL de **2023 (R\$ 985.083,48)** é **inferior ao mínimo exigido**, configurando descumprimento do requisito.
- O CCL de **2024 (R\$ 1.296.096,75)** atende ao requisito, mas isso não é suficiente, pois o **Item 9.32 do Termo de Referência** exige que o índice seja atingido em **cada um dos dois últimos exercícios sociais**.

Portanto, a empresa Corese não atendeu ao requisito de Capital Circulante Líquido no exercício de 2023, o que, por si só, é suficiente para sua **inabilitação**, conforme a regra expressa do edital.

3. Da Finalidade Legal e Relevância Prática da Análise de Dois Exercícios Sociais

A exigência de apresentação dos balanços patrimoniais dos dois últimos exercícios sociais não é meramente formal, mas possui uma finalidade prática e jurídica essencial, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021:

1. Mitigação de Riscos: A análise de dois exercícios sociais consecutivos permite avaliar a consistência financeira do licitante ao longo do tempo, mitigando riscos de contratação de empresas com fragilidade financeira momentânea.

2. Garantia de Solidez: A exigência busca garantir que o contratado possua solidez econômico-financeira para executar o objeto licitado, protegendo o interesse público.

3. Previsibilidade e Segurança Jurídica: A análise de dois períodos consecutivos assegura maior previsibilidade e confiabilidade na avaliação da capacidade financeira do licitante.





Ao restringir a análise ao último exercício social, a Administração Pública desvirtua a intenção do legislador e compromete a segurança jurídica do certame, violando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Não parece fazer sentido lógico a exigência no edital de licitação da apresentação dos balanços relativos aos dois últimos exercícios sociais e aceitar que apenas um deles reúna as informações mínimas demandas pelo edital.

4. Dos Princípios Licitatórios Violados e Fundamentação Jurídica do Impacto

A habilitação da empresa Corese, mesmo diante do descumprimento do requisito de Capital Circulante Líquido, viola diversos princípios basilares das licitações públicas, conforme detalhado a seguir:

4.1. Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório (Art. 18, Lei nº 14.133/2021)

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório determina que a Administração Pública e os licitantes estão vinculados às regras estabelecidas no edital. O descumprimento do requisito de CCL pela empresa Corese, especialmente no exercício de 2023, configura violação direta ao **Item 9.32 do Termo de Referência**, que exige o cumprimento do índice em **cada um dos dois últimos exercícios sociais**.

A habilitação da Corese, apesar do descumprimento, desvirtua o processo licitatório, compromete a legalidade do certame, e infringe os princípios licitatórios em afronta ao art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Princípio da Isonomia (Art. 5º, Lei nº 14.133/2021)

A aceitação de uma proposta de licitante que não atende integralmente ao requisito de CCL fere o tratamento igualitário entre os competidores. Empresas que cumpriram rigorosamente as exigências editalícias seriam prejudicadas pela flexibilização das regras para a Corese, violando o princípio da isonomia e comprometendo a competitividade do certame.

4.3. Princípio da Segurança Jurídica e Razoabilidade da Exigência (Art. 69, §1º, Lei nº 14.133/2021)

A exigência de índices contábeis, como o CCL, visa aferir a solidez econômico-financeira do licitante e sua capacidade de executar o contrato sem riscos desnecessários para a Administração Pública. A comprovação do índice para **dois exercícios sociais consecutivos** reforça essa garantia.

A flexibilização desse requisito compromete a segurança jurídica do certame, introduzindo incertezas quanto à capacidade do futuro contratado e violando a previsibilidade das regras estabelecidas no edital.





4.4. Interesse Público e Eficiência (Art. 5º e 37 da Constituição Federal)

A qualificação econômico-financeira está diretamente relacionada ao interesse público em contratar empresas aptas a cumprir o objeto de forma satisfatória. A inabilitação da Corese, neste caso, não é mero formalismo, mas uma medida protetiva do interesse público, garantindo que o contratado possua a capacidade financeira necessária para a correta e eficiente execução do serviço.

5. Pedido

Diante do exposto, requer-se:

1. **O conhecimento e provimento do presente recurso administrativo**, com a consequente **inabilitação da Recorrida**, em razão do descumprimento do requisito de Capital Circulante Líquido (CCL) no exercício de 2023.
2. A reanálise dos documentos apresentados pela Recorrida, com base nos argumentos aqui apresentados.
3. **Que, na hipótese de não acolhimento das razões recursais pelo(a) pregoeiro(a), os autos sejam remetidos à autoridade superior competente para reanálise e decisão final**, em observância ao art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

Pede Deferimento.

Belém (PA), 24 de junho de 2025.

